

The book cover features a collage of tropical imagery. A large, central illustration of a palm tree is set against a green, textured background. To its right, a smaller palm tree is shown against a purple and blue sky. Below the central tree, another palm tree is depicted against a yellowish-green background. On the left side, there is a vertical strip with a red and brown pattern. The entire composition is overlaid on a light beige background with a faint, repeating pattern of palm fronds.

Ciência, Civilização e Império nos Trópicos

Organizadores

Alda Heizer

Antonio Augusto Passos Videira

Access
editora

O Museu Histórico Nacional e a nostalgia de um império idealizado



Regina Abreu

Inicialmente gostaria de agradecer o convite para participar deste Colóquio que me foi feito pelos organizadores Alda Heizer do Museu de Astronomia e Ciências Afins e Antonio Augusto Videira do Departamento de Filosofia da UERJ. A razão pela qual imagino ter sido convidada prende-se à pesquisa realizada no Museu Histórico Nacional publicada sob o título *A Fabricação do Imortal. Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil* (Abreu, 1994). Curiosamente esta pesquisa não focaliza o período do Império, mas sim os primeiros anos da República, a Primeira República ou “República Velha”. Creio que o convite para participar desta mesa relaciona-se portanto a um paradoxo: é no período da Primeira República que o Império como *ethos* e visão de mundo faz-se presente de uma forma que talvez não tenha sido experimentada durante mais de meio século de regime imperial. O que eu pretendo sustentar aqui é que uma vez acabado o Império é que ele encontra uma existência poderosa: falo do campo da memória social. E aqui explícito o lugar de onde vou falar neste Colóquio. Minha pesquisa se concentrou no processo de construção de uma memória do Império, construção até certo ponto idealizada, de um “período tranquilo e magnífico” capaz de provocar “impressão duradoura” e dotado de grandes qualidades, especialmente, civilidade, fausto, distinção.

Na verdade, a construção da memória do Império não era inicialmente o meu objeto de pesquisa, este objeto se impôs ao longo do trabalho. Meu objetivo primeiro era analisar o processo de construção do acervo do Museu Histórico Nacional, especialmente o ritual de doações de grandes coleções. Muni-da de instrumental antropológico eu pretendia discutir as relações de reciprocidade embutidas no mecanismo da doação de uma coleção para um museu. Intrigava-me particularmente casos de doações de grandes preciosidades, coleções com centenas de objetos que incluíam obras de arte com grande valor de troca, jóias, mobiliário, louçaria, prataria, enfim, eu queria entender os motivos que levavam a que um particular fizesse uma grande doação a um museu público, abrindo mão de possíveis ganhos comerciais que poderiam ser auferidos com a venda dos objetos em questão. Escolhi uma das maiores coleções do Museu Histórico Nacional, a Coleção Miguel Calmon.

A Coleção Miguel Calmon

A Coleção Miguel Calmon é uma das coleções típicas de um certo gênero de Museu Histórico calcado na construção e no enaltecimento dos chamados “grandes personagens históricos”. Estas coleções podem ser vistas como heranças de uma concepção de História como Mestra da Vida, onde o fundamental é narrar exemplos de grandes personalidades, com o objetivo de ensinar as novas gerações. Assim, os grandes museus históricos foram construídos com base em inúmeras coleções vinculadas a biografias de políticos, artistas ou figuras que se destacaram nas letras e nas ciências. A Coleção Miguel Calmon foi doada ao Museu Histórico Nacional em 1936 pela viúva de Miguel Calmon, imediatamente após sua morte. Quem foi Miguel Calmon? Em termos bem sintéticos podemos dizer que Miguel Calmon foi um político típico da Primeira República. Sua traje-

tória política transcorreu toda neste período, tendo ocupado o cargo de deputado federal, de senador e de Ministro por duas ocasiões, a primeira durante o Governo de Afonso Pena e a segunda no de Epitácio Pessoa. Com a Revolução de 30 perdeu o mandato de Senador e afastou-se da política. Faleceu pouco tempo depois, em 1935. Miguel Calmon traduziu como político e homem público o espírito da época. De um lado, encarnando a tradição, estreitamente ligado a uma oligarquia, descendente de influente família baiana, os Góis Calmon. De outro lado, voltado para projetos de modernização política, de integração territorial e de reformas do espaço urbano.

A análise do ritual de troca de presentes

Chamou-me a atenção o processo de negociação para a efetivação da doação da Coleção Miguel Calmon. De um lado, a viúva Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida. De outro lado, o diretor do Museu Histórico Nacional, o escritor Gustavo Barroso. Na literatura antropológica, a doação, a dádiva, o ato de presentear não pode ser visto de forma isolada; pelo contrário, ele representa o momento solene em que alianças são firmadas ou relações sociais são seladas. Malinowski descreve este ritual entre tribos da Melanésia, onde trocas rituais eram estabelecidas sob o nome de kula. Outros antropólogos como Marcel Mauss e Lévi-Strauss também se referiram às doações como atos que incluem sempre a reciprocidade. Pensando a partir desta literatura, procurei entender, de um lado, quem era a família Calmon ou o clã que estaria sendo representado pela figura de Miguel Calmon. Estava claro para mim que a Coleção que estava sendo doada implicava na escolha de um acervo, onde alguns objetos eram valorizados em detrimento de outros. Estes objetos por sua vez ao serem doados para um museu deixavam de ter um valor de uso e passavam a

ter fundamentalmente um valor simbólico. Eles passariam a expressar os valores de um grupo social. Do outro lado, estava o Museu Histórico Nacional, local também fortemente carregado de significação simbólica. Era preciso pois compreender as duas metades que se encontravam naquela doação: de um lado, a família Calmon, de outro lado, os responsáveis pelo projeto do Museu Histórico Nacional. Foi a partir deste estudo que eu constatei a força de uma nostalgia do Império presente numa coleção e num museu que pretendiam contar a História do Brasil.

Diante de mim havia dois personagens. Aliás, três: Miguel Calmon, o político da Primeira República, recém-falecido; Alice da Porciúncula, a viúva que deseja fazer a doação; e Gustavo Barroso, o intelectual, fundador e diretor do Museu Histórico Nacional.

Comecei pelo último. – Quem era Gustavo Barroso? Qual era o seu projeto? – indaguei.

Gustavo Barroso nasceu em Fortaleza, no Ceará, em 1888, descendente de tradicional família do Norte pelo lado paterno e de alemães pelo lado materno. Barroso fez o percurso convencional das elites do norte: veio para a capital. No Rio de Janeiro, formou-se em Direito, em 1910, atuando como jornalista, advogado e escritor.¹ Sua ligação com museus teve início

1. Filiou-se ao Partido Republicano Federal, em 1912, onde permaneceu até 1918, tendo sido eleito deputado federal pelo Ceará, em 1915. Em 1922, foi nomeado diretor do Museu Histórico Nacional e, em 1923, ingressou na Academia Brasileira de Letras. Em 1933, aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fundada por Plínio Salgado, que, ainda nesse ano, se transformou em partido político. Participou da conspiração e do levante integralista de 1938. Com o recrudescimento de manifestações de repúdio ao integralismo, em 1942, devido à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas, Barroso distanciou-se da política, passando a dedicar-se às atividades de escritor, intelectual e diretor do Museu Histórico Nacional. Faleceu em 1959.

em 1911 quando começou a tecer pelos jornais uma campanha visando criar um museu. Foi um dos primeiros a chamar a atenção para a preservação de objetos com forte conteúdo simbólico que ele chamava de “reliquias do nosso passado”. Dizia Barroso: “ainda era tempo duma ação salvadora de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu Histórico no qual se pudesse reunir para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que ele representa. Os que se preocupam com essas coisas, sabem que no Arquivo Nacional há a cadeira ou o trono em que o Imperador se sentava no Senado, um capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I e outras reliquias; que na igreja da Cruz dos Militares se acham feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios; que no Museu Naval estão os canhões do Forte do Príncipe da Beira; que nas estrebarias do Ministério da Guerra existe o velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas (...)” (Barroso, apud Dumans, 1947:10). Ou ainda: “Onde estão os chifarotes dos bandeirantes paulistas que desbravaram valentemente os sertões? Que fim levaram as espadas dos que batalharam no Uruguai, no Paraguai e na Argentina, dos que foram a Caiena, dos que exploraram as terras em tempos coloniais, combatendo os aborígenes nas matas intrincadas?”

Inicialmente seu objetivo era um museu militar e argumentava a seu favor que “todas as nações tem seus museus militares, guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas.” Com o evento da Primeira Guerra Mundial, o tema da guerra tornara-se traumático.²

2. ↪ Gustavo Barroso havia estreitado os laços com Epi-tácio Pessoa quando em 1919, então com 31 anos, e já com sete livros publicados, seguiu como secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz, em Versalhes, chefiada pelo futuro Presidente Epi-tácio Pessoa.

Em 1922, Barroso vislumbrou a possibilidade de concretizar seus anseios de criação de um museu. O Rio de Janeiro transformara-se em palco de um grande evento comemorativo, a Exposição Internacional de 1922, patrocinada pelo Governo Federal com o intuito de comemoração do Centenário da Independência. Do Velho Passeio Público ao Forte do Calabouço estendia-se a Exposição por dois mil e quinhentos metros. O clima era de festa cívica e também de comemoração da paz entre as nações. Estas faziam-se representar exibindo seus produtos – as maravilhas da civilização burguesa – e difundindo os ideais de civilização e progresso. Quando a Exposição terminou, Gustavo Barroso articulou-se com o Presidente Epitácio Pessoa, também como ele oriundo das oligarquias do norte, no sentido da criação de um Museu Histórico Nacional. Foi então criado o Museu Histórico Nacional por Decreto Presidencial.

O Museu Histórico Nacional nasce sob o signo de uma revisão do passado, especialmente do Império

Significativamente, o mesmo decreto presidencial que criou o Museu Histórico Nacional revogou o banimento da família imperial. Esse fato não passou despercebido ao primeiro diretor do museu. Em texto escrito para os jornais, Gustavo Barroso enunciava uma visão restauradora (o culto da saudade), demarcando distância com relação aos republicanos positivistas. Fazia questão de elogiar a atitude do Presidente Epitácio Pessoa, radicalmente diversa – no seu entender – dos governos anteriores. O Presidente Epitácio Pessoa “instituíu o culto da saudade”, enquanto o “estrito sectarismo positivista” se tinha esforçado por “matar as tradições”.

Dizia Gustavo Barroso: “Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo passado. Coube ao Exmo Sr Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o culto da saudade. Ele o iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na Pátria querida as cinzas daquele que, durante meio século de bondade, dirigira seus destinos. Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico Nacional, que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos.”

A criação do Museu Histórico Nacional está ligada desde o seu início a um projeto de revisão dos atos dos primeiros republicanos, quando passado o perigo de um movimento de retorno à monarquia, os governantes republicanos começam a incorporar o passado monárquico à própria História do Brasil. A relação do fim do banimento da família imperial com a criação do Museu Histórico Nacional não era portanto fortuita, fazia parte de um mesmo projeto, onde o Império era revalorizado, não mais como alternativa política, mas como passado, matéria para a História.

A gestão de Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional

Gustavo Barroso permaneceu à frente do MHN desde sua criação, em 1922, ao ano de seu falecimento, em 1959, com um breve intervalo de 1930 a 1932. Sua ação foi decisiva para a formação e consolidação da instituição e principalmente com relação a uma política de aquisição dos objetos. A maior parte do acervo foi adquirida nessa fase. Ao tomar posse, o escritor já havia identificado muitos dos objetos que desejava incluir no museu e não poupou esforços para tal.

Os objetos foram reunidos predominantemente a partir de uma concepção ética da História. A História Mestra da Vida onde exemplos são retirados do passado com o objetivo de ensinar, transmitir ou afirmar valores o presente. Este era o principal objetivo do MHN sob a direção de Gustavo Barroso. Não é a toa que ele fala em “reunir toda a sorte de objetos capazes de ensinar o povo a amar o passado”.

Mas qual a História do Brasil que passaria a ser contada (ou ensinada) no Museu Histórico Nacional? A nação era concebida como uma construção cujas bases teriam sido edificadas num passado remoto, a que a República apenas dava continuidade. Barroso opunha-se aos que viam na República uma ruptura com relação ao Império. Privilegiava o aspecto de permanência (em detrimento da mudança) em sua construção histórica da nacionalidade. Desse modo, buscava recuperar os elos que interligavam passagens da história nacional. Nessa construção eram atribuídos valores a períodos considerados notáveis. E é neste sentido que Barroso refere-se ao Império como “meio século de bondade”.

A principal característica da História do Brasil enunciada pelo MHN era a ênfase atribuída à relação de continuidade do Brasil enquanto nação com o Estado patrimonialista português. Barroso preocupou-se, como assinalou Miriam Sepulveda dos Santos, em “estabelecer uma marca nacionalista com base no culto às tradições estabelecidas pelo modelo centralizado e hierárquico do Estado Imperial implantado por Portugal no Brasil”.³ A História do Brasil para Barroso tem início em 1808, quando a Coroa Portuguesa institui o Reino Unido de Portugal e Algarves. Sob a ótica de Barroso, o Estado Imperial

3. Santos, 1989.

teria forjado a nação brasileira, unificando os brasileiros e demarcando as principais fronteiras. A tradição brasileira – que deveria ser preservada e cultuada – havia sido estabelecida pelo Império. Assim, o MHN sob a direção de Barroso, recolheu, principalmente, objetos associados ao Estado imperial e não às novas aquisições da República. Barroso opunha-se mesmo a algumas medidas republicanas, como a descentralização dos estados que a República promoveu.

Reunindo biografias capazes de fornecer exemplos às gerações vindouras, Barroso sistematizava no museu uma galeria de heróis nacionais ou de grandes personagens históricos. As salas passaram a ser organizadas com os nomes destes heróis ou personagens, como Sala D. João VI, Salas D. Pedro I e D. Pedro II, Sala Deodoro, Sala Tamandaré, Sala Duque de Caxias. Nestas salas, a intenção era resgatar passagens consideradas significativas, cultuar épocas do passado e, principalmente, evocar a nostalgia de um Império idealizado como se pode depreender na descrição de um profissional do museu do período:

“Os retratos de D. Carlota Joaquina; e de Dona Escolástica, e também o de sua filha, a Marquesa de Santos, favorita de D. Pedro I, o de D. Luiz de Vasconcelos e Souza, ilustre vice-rei; o de D. João VI, o de D. Pedro I, D. Pedro II e D. Maria I; o dos grandes Generais Osório e Caxias, a maquete das estátuas dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, da imperatriz D. Thereza Christina, princesa Izabel e outras muitas produzem impressão duradoura, revelam um passado tranqüilo e magnífico, revivendo flagrantemente materializados de eras brasileiras.”⁴

4. ∞ Dumans, 1940.

A função educativa do museu

A reunião de determinados objetos, uns e não outros, na constituição do acervo do museu não era casual. Havia no projeto de Barroso uma intenção clara de educar e transmitir valores. Os objetos seriam testemunhos de épocas determinadas, portando conhecimento transmissível. Eles permitiriam a concretização dos fatos narrados em aula, a vivência do passado por parte dos alunos e, sobretudo, formação do espírito cívico, de idéias patrióticas e humanitárias. O Museu Histórico Nacional propunha-se a oferecer “um conjunto vivo que, a par de detalhes artísticos e técnicos, favorecesse sobretudo o ensino da História, proporcionando aos alunos um conhecimento básico da época em que vivem, tornando-os capazes de compreender que o presente é consequência do passado e a importância da causalidade em História.”⁵

Neste contexto, os objetos eram pensados enquanto exemplos ou ilustrações de uma construção narrativa. E esta construção narrativa privilegiava o papel do Império na constituição de uma tradição nacional. Há que se levar em conta a existência de outras alternativas disponíveis na ocasião. Uma delas privilegiava as descontinuidades entre Império e República, construção narrativa que a República em seus primeiros anos procurou consolidar. Para esta visão, toda uma tradição republicana foi inventada com seus mitos e heróis, como Tiradentes por exemplo, visto como um precursor da nação republicana. Barroso seguia, portanto, na contramão desta e de outras tendências.

5. ∞ Dumans, 1940.

Culto a pessoas exemplares

No MHN, o culto à tradição nacional estabelecida durante o Império implicou o culto a pessoas exemplares. Corporificando a idéia de monarca esclarecido, D. Pedro II, por exemplo, era apresentado como uma dessas pessoas exemplares. O culto à pessoa exemplar estruturava-se por meio dos objetos a ela relacionados. Walter Benjamin sugere que, nesse sentido, seja utilizado o conceito de aura. A aura de um objeto está associada a sua originalidade, a seu caráter único e a uma relação genuína com o passado. Benjamin reserva as noções de singularidade e permanência para designar esses aspectos, em contraste com a reprodutibilidade e a transitoriedade dos objetos não auráticos. Estes últimos por serem reproduzidos e transitórios não guardam qualquer relação orgânica e real com um passado pessoal e coletivo.

Havia no MHN, sob a direção de Barroso, grande preocupação com a origem das peças (autenticidade) e a relação das peças com o possuidor originário ou com o doador que a conservou por seu valor simbólico. Essa relação estreita, possuidor original-doador-objeto reforçaria a aura do objeto, quase sempre associado a uma grande personalidade ou pessoa exemplar. Após ter ingressado no museu, o objeto permaneceria, desse modo, associado ao possuidor original e/ou doador, como representação particular da pessoa além da morte, uma relíquia. O doador, neste contexto, seria também, um primeiro conservador, pois, percebendo certo valor simbólico no objeto, teria decidido conservá-lo para a eternidade. A relação entre museu e doador seria de confiança recíproca, e, com a conservação dos objetos, procurar-se-ia assegurar a conservação daquilo que eles estariam simbolizando.

O museu enquanto espaço de articulação entre grupos sociais

O Museu Histórico Nacional destinava-se a guardar e expor as relíquias do nosso passado, cultuando a lembrança dos nossos grandes feitos e dos nosso grandes homens. Resultado de uma iniciativa oficial, articulado com determinada noção de história, sob a liderança de Gustavo Barroso, a instituição converteu-se também num espaço de articulação entre grupos sociais diversos, funcionando como uma instância do que o sociólogo Pierre Bourdieu denominou mercado de bens simbólicos. Por meio das doações, alguns grupos sociais estariam materializando troca de objetos pouco palpáveis como prestígio e legitimidade.

A expressão “Culto da Saudade” expressava fundamentalmente a nostalgia por um passado idealizado, quando no Brasil teria havido brilho, beleza, civilidade, ambiente de uma verdadeira Corte. As carruagens imperiais, nesse sentido, equivaleriam a provas, testemunhos, documentos coesos para comprovação da tese de que as elites no Brasil em nada ficavam a dever às elites européias:

Vale a pena citar o trecho de um artigo publicado nos Anais do MHN: “Apesar do conceito quase generalizado de que a nossa Corte foi paupérrima e triste, sem o brilho dos salões nem o esplendor dos centros artísticos que a aproximassem das faustosas Cortes européias, não deixamos de ter algo de belo, de digno do título que ostentávamos, muitíssimo além de uma Corte formada, na sua maioria, por elementos enobrecidos por mercê de dois imperadores, num lapso de 67 anos, quando as Cortes da Europa, em boa parte remontavam ao tempo das Cruzadas, e mesmo anteriormente a elas. Há uma separação de séculos entre a Europa e nós. Séculos que poliram nomes de família. No entanto, nenhum príncipe

ou jovem fidalgo, vindo ao Brasil durante o período imperial, saiu daqui constrangido por falta de civilidade ou de ambiente de uma verdadeira Corte. Bem pelo contrário! É de surpreender que dentro das condições locais, milhares de léguas marítimas da velha Europa, aqui tivesse brotado e se desenvolvido uma distinção que pouco distava daquela terra de origem do insigne visitante. As carruagens utilizadas pelos nosso imperantes atestam o que vimos afirmando. E não é imaginação enriquecida por uma fantasia exaltada. São documentos coesos.”

Para complementar o culto da saudade, Barroso estimulou no MHN o estudo da heráldica. Orientou os conservadores para que adquirissem conhecimento perfeito para a compreensão e leitura dos brasões, símbolos da antiga nobreza, indicadores das genealogias, dos títulos, das histórias dos indivíduos, das famílias, das nações.

A Coleção Miguel Calmon ingressa no MHN

É no contexto de valorização do período imperial como século de bondade, como lugar mítico de distinção, civilização, bom gosto que a Coleção Miguel Calmon ingressou no MHN. Após uma troca de correspondências entre a viúva de Miguel Calmon e Gustavo Barroso, a coleção foi integrada no chamado acervo de relíquias do MHN no dia 6 de janeiro de 1936. Ficou acertado que a coleção teria uma sala especial para abrigá-la com o nome de seu titular. Desse modo, MC figuraria ao lado dos grandes heróis ou dos grandes personagens da História do Brasil. A coleção deveria permanecer indivisa e a viúva poderia continuar zelando pelos bens doados. A coleção ingressava assim num espaço público mantendo algumas características de um bem privado.

A Coleção incluía os objetos da residência do casal à rua São Clemente em Botafogo e impressionava pelo tamanho, pela quantidade de objetos.

A escolha dos bens a serem doados foi feita pela própria viúva que privilegiou o aspecto público da vida de Miguel Calmon. Assim, nada foi trazido dos quartos ou da vida íntima do casal. Apenas os bens referentes ao homem público Miguel Calmon.

Do homem público, dois aspectos merecem ser destacados. De um lado, os bens herdados, e de outro lado, os bens adquiridos ao longo da vida. Estes últimos incluíam canetas, fotografias, bronzes, relógios, relatórios, livros, objetos adquiridos em viagens, sinalizando a atmosfera em que vivia um político durante a Primeira República. Já os bens herdados, incluíam objetos requintados e únicos, vindos da Europa, sinalizando um complexo sistema de alianças ao longo do tempo. São peças que sinalizam um certo *ethos* e uma visão de mundo aristocrática. Um exemplo, síntese desse tipo de objeto, é uma adaga que teria pertencido ao Rei Luís XVIII, da França, e que teria chegado às mãos de Miguel Calmon como um presente de amizade do Duque de Nemours a um seu antepassado. O circuito por que passou a adaga é significativo enunciando os laços de Miguel Calmon du Pin e Almeida com o restrito grupo da nobreza europeia. Como esta peça, há muitas outras com o mesmo sentido de marcar as relações do clã Calmon e dos Porciúncula com o círculo da nobreza. Este ponto me chamou particularmente a atenção, pois se tratava da construção da memória de um político da Primeira República, regime que põe fim a todas as prerrogativas da nobreza. Neste sentido, o sociólogo Georg Simmel faz uma reflexão muito interessante, destacando algumas características e aspectos distintivos deste segmento. Simmel chama a atenção para a homogeneidade do grupo e a identidade de interesses, observando que os laços

entre os nobres teriam permanecido mais fortes do que as adesões às novas nacionalidades. Mesmo após a Revolução Francesa, quando os nobres teriam experimentado a diminuição de sua importância no cenário social, teria ocorrido uma busca do resgate da importância perdida com base na solidariedade e no fortalecimento dos laços com base na solidariedade. A socióloga Monique de Saint Martin, da École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris, vem se dedicando a estudar esse tema, enunciando as estratégias que mantêm ainda vivo o sentimento de pertencimento da nobreza na França.

Paradoxalmente, o político republicano Miguel Calmon fazia parte do estreito grupo da nobreza brasileira e a construção de sua memória no Museu Histórico Nacional vai sublinhar este aspecto. Este ponto é importante para pensarmos na construção da memória enquanto leque de possibilidades e alternativas. Ao invés de enfatizar as realizações do político republicano, o Museu Histórico Nacional colocou em evidência a ascendência nobre de Miguel Calmon. Este era sobrinho do Marquês de Abrantes, colaborador direto de D. Pedro II. Diversos legados do Marquês e de outros ascendentes nobres eram destacados na Coleção e a Sala Miguel Calmon funcionou durante muito tempo como lugar de atualização dos laços de um grupo seleto de aristocratas.

Por fim, gostaria de fazer referência à contribuição do Museu Histórico Nacional no campo científico. Dois aspectos merecem ser sublinhados. O primeiro foi a fundação da Escola de Museologia em 1932 que lá funcionou até os anos setenta quando foi transferida para a Praia Vermelha, primeiro integrando a Federação das Faculdades Isoladas do Rio de Janeiro, mais tarde e ainda hoje, Universidade do Rio de Janeiro. O segundo aspecto foi o estímulo à pesquisa, principalmente com o lançamento dos Anais do Museu Histórico Nacional, revista que circulou durante vários anos e que hoje, sob a direção de

Vera Tostes foi retomada. Com o passar dos anos, os profissionais do Museu Histórico Nacional passaram a realizar pesquisas já numa vertente moderna da historiografia buscando a precisão sobre dados relativos ao acervo. Ao longo dos anos, o Museu Histórico Nacional tem dado grande contribuição neste sentido. O próprio Gustavo Barroso tinha grande consciência da necessidade de formar profissionais instrumentalizados para o trabalho com a memória social. Ao reler o período fundador do Museu Histórico Nacional é preciso ter em mente que se tratou de uma iniciativa pioneira para a época. A visão crítica que dela temos no presente não deveria ofuscar as contribuições que trouxe no passado.

Referências Bibliográficas

- Abreu, Regina (1994) *A Fabricação do Imortal. Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. RJ: Rocco, Lapa.
- Barroso, Gustavo (1944) *A Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional*. RJ: Imprensa Nacional
- Benjamin, Walter (1987) "Sobre o conceito de História", in: *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. SP: Editora Brasiliense, 3ª edição.
- Dumans, Adolpho (1940) "O Museu Histórico Nacional através de seus 19 anos de existência" in: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 1, RJ.
- _____(1947) "A idéia de criação do Museu Histórico Nacional", in: *Publicações do Museu Histórico Nacional*. RJ: Gráfica Olímpica.
- Koselleck, Reinhart (1985) "História Magistra Vitae: The Dissolution of the Topos into the Perspective of a Modernized Historical Process", in *Futures Past*. Cambridge: The MIT Press.
- Malinowski, Bronislau (1976) "Argonautas do Pacífico Ocidental". *Coleção Os Pensadores*. SP: Abril Cultural.
- Mauss, Marcel (1974) *Sociologia e Antropologia*, 2 vol. SP: EDUSP.

- Saint Martin**, Monique de (1992) "A Nobreza em França: a tradição como uma crença", in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, ano 7, RJ, Relume Dumará.
- Santos**, Myriam Sepulveda dos (1989) *História, Tempo e Memória: um estudo sobre museu a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional*, RJ, IUPERJ, mimeo.